


Luiz Carlos da Silva



Tiago Alves APEES




Prof. T

COLABORAÇÃO ESPECIAL

**RESENHA DO CICLO DE  
COMUNICAÇÕES:  
112 ANOS DO ARQUIVO  
PÚBLICO DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO**

*Kimberlly de Mattos*


*Graduanda em História pela Ufes - Estagiária da  
Coordenação de Atendimento ao Usuário do APEES.*



Geisa



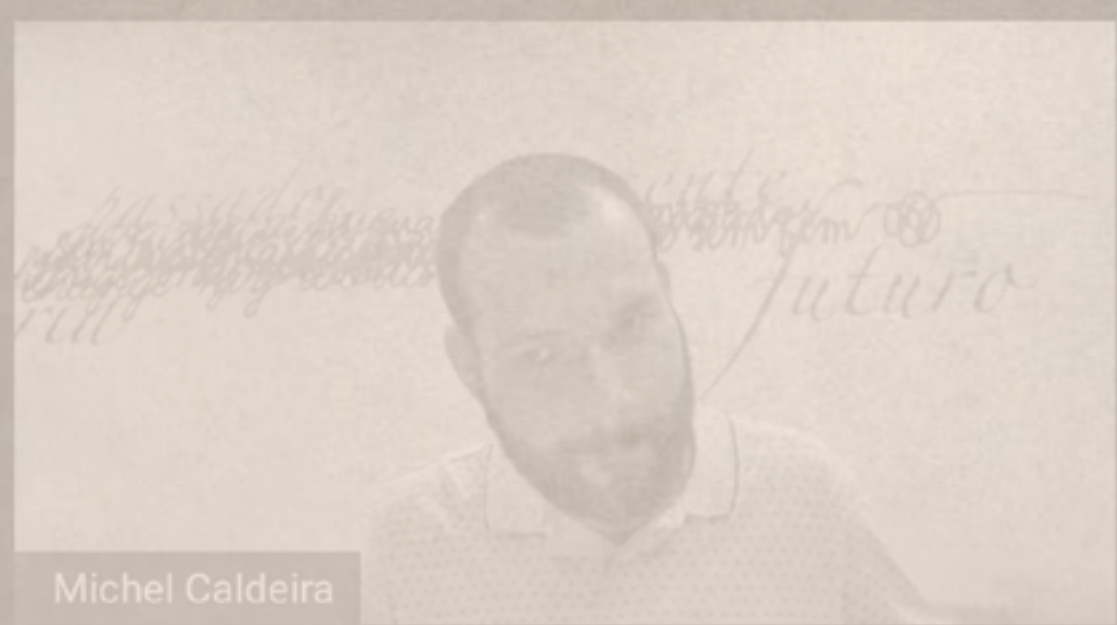
Jória Scolforo



Rafaela Lago



George Lira



Michel Caldeira



Camila Mattos da Costa

O Ciclo de Comunicações: 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo foi um evento de lives organizado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para comemorar e celebrar o aniversário de 112 anos da instituição capixaba criada em 1908, durante o governo de Jerônimo Monteiro. Foram três dias de história, literatura, trocas de experiências, informações e muitas vivências arquivísticas mediadas por três funcionários do APEES: Tiago Alves, Michel Caldeira e Jória Scolforo. O evento contou ainda com a participação de acadêmicos do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, que apresentaram seus trabalhos de forma didática para o público em geral. As lives estão disponíveis no canal do APEES no youtube: [www.youtube.com/c/ArquivoPúblicoES-APEES](http://www.youtube.com/c/ArquivoPúblicoES-APEES).

### Live 1

O enfoque principal da primeira live comemorativa aos 112 anos do APEES girou em torno dos temas Usos do Passado: o APEES em questão e A Memória do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo por meio da sua institucionalização: o recorte constituído (1908-1981), ministrados e discutidos, respectivamente, pelos professores acadêmicos do Departamento de Arquivologia da UFES, Tiago Braga e Luiz Carlos da Silva e mediados pelo historiador Tiago Alves.

Introduzindo seus objetivos, Braga dá início a sua fala pontuando a importância do APEES para a construção da história capixaba, traçando e mapeando a relevância das fontes documentais na produção de artigos e teses compiladas por pesquisadores dentro da academia. O papel principal da instituição seria o de mobilizar o passado dando aos indivíduos, coletivamente ou não, a possibilidade de entender-se socialmente, historicamente e politicamente e contribuir para a formação da memória e identidade de grupos de massa ou não (reflexão inserida na “emergência da memória”, uma definição de Pierre Norra). Em um Estado democrático de direito, a função dos arquivos públicos é deter documentos de acesso livre aos cidadãos gerais, mas prestando serviços também aos demais órgãos administrativos estaduais e municipais. Para o palestrante, serão peças-chave de aprofundamento todas essas facetas do APEES voltadas para a pesquisa universitária.

Sabendo-se que documentos governamentais, após cumprirem seu papel primário, podem vir a ser descartados, a menos que cumpram um papel se-

cundário, são de suma importância seu recolhimento permanente e análise, assumindo um novo papel: ele deixa de transportar ações do presente, para transportar ações do passado (Paulo Knauss). Essa transmutação do documento se dá, então, em três fases distintas: corrente (fonte produzida), intermediária (fonte finalizada e descartada) e permanente (fonte recolhida). Sendo assim, o APEES é uma instituição dinâmica, que acompanhou e acompanha as fases políticas capixabas que, ora ampliaram sua disponibilização de conhecimento, ora as limitou. Eventos e exposições culturais, publicações periódicas, fotografias online, visitas guiadas, etc, tudo isso compõem o dinamismo e o alcance que os arquivos públicos podem ter para com pesquisadores ou não pesquisadores.

Braga trouxe também dados quantitativos da presença do APEES nas teses e dissertações de mestrado e doutorado da UFES que se pautaram na história capixaba, no Programa de Pós-Graduação do curso de História, onde: 135 trabalhos, de 360 produzidos desde 2011, contaram com fontes disponibilizadas e analisadas do APEES, entre outros órgãos arquivísticos.

Passando a palavra para Silva, entramos no segundo momento das discussões, onde ele apresenta a história do APEES de 1908 a 1981, em complemento à fala anterior. A custódia do conhecimento, tratada aqui, perpassa o fato de que estas instituições arquivísticas podem ser usadas de forma estratégica para limitar o acesso a fontes documentais, visto que, por

muito tempo, foram detidas nas mãos de poucos. As instituições de memórias, onde se encaixam os arquivos públicos, foram criadas, então, para que essa disponibilização dos saberes fosse feita.

Em 1908 foi criado o “*Archivo Público Espírito-Santense*”, no período governamental de Jerônimo Monteiro, como um anexo à Biblioteca Pública e vinculado à Superintendência de Instrução Pública Primária e Secundária, sendo, um ano depois, subordinado ao Departamento do Interior; já em 1912, sob governo de Marcondes Alves de Souza, a estrutura do Arquivo e da Biblioteca foram instalados no térreo do Palácio do Congresso (atual Palácio Anchieta); no governo de Bernadino de Souza Monteiro os serviços do Departamento do Interior estariam distribuídos em três seções distintas: Diretoria, Arquivo Público/Biblioteca e Diário da Manhã, mas em 1917 há o estabelecimento de que o Arquivo era uma instituição distinta da Biblioteca; foi em 1927, porém, que o Arquivo recebeu sua primeira sede na rua Pedro Palácios, durante o governo Florentino Avidos, convenientemente junto à Biblioteca Pública; de 1928 a 1951 (Era Vargas) tem-se uma “*lacuna*” histórica acerca do Arquivo; de 1952 a 1973 existiram apenas Mensagens à Assembleia Legislativa Estadual; mas foi no governo de Elcio Alves e Eurico Vieira de Rezende que o Arquivo Público deixou de ser apenas uma grande repartição de documentos, passando a ser enxergado e a ter a devida relevância departamental, institucional e organizacional. O ano de 1981 é significativo para os avanços dentro do APEES, com o projeto de Microfilmagem de Periódicos do Estado do Espírito Santo e com a instalação do laboratório de Restauração em sua íntegra. Nota-se, então, que as reformas administrativas e estruturais sempre foram insuficientes por parte das autoridades do executivo capixaba, levando décadas para ocorrerem.

Um bate-papo interessante deu-se após as exposições, onde os pesquisadores discorreram abertamente sobre os dois temas, mediados por Alves, ligando historicamente fatos e curiosidades sobre o APEES.

### Live 2

Já no segundo dia de lives em comemoração aos 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), os temas discutidos foram: *Entre afetos e Documentos* e *Eu, digital: perspectivas de tratamento para arquivos pessoais na contemporaneidade* apresentadas respectivamente pelos professores acadêmicos Camilla Mattos da Costa e Jorge Phelipe Lira de Abreu. A mediação, porém, foi feita pelo arquivista e historiador Michel Caldeira, que inicialmente apresentou a importância da documentação pessoal na contribuição histórica e como o apego emocional a certas fontes podem vir a atrapalhar, ou não, pesquisas em geral.

Costa exemplifica suas falas citando o papel das cartas, correspondências, postais, etc, como documentos pessoais históricos. Além disso, ela narra uma parte de sua tese de mestrado em que cita como a escrita romântica, particular entre casais, direciona várias visões interpretativas, já que não possuem compromisso ou decoro oficial. Em uma análise tipográfica das cartas de Oswaldo Cruz enviadas a sua noiva, sonhadamente futura esposa Emília da Fonseca Cruz, a pesquisadora identificou uso exagerado de sentimentalismo, demonstração de saudades e ciúmes, promessas, datas, descrições afetivas, apelidos carinhosos e uma exaltação do outro quase melódica.

É sabido também, que as instituições arquivísticas usam e adotaram a classificação de *cartas de amor* para organizar e historicizar essas fontes documentais tão delicadas. Artisticamente e literaturalmente falando, até que ponto a influência barroca ditou a prosa das correspondências e seu romantismo nos séculos XVIII, XIX e XX? A troca de mensagens contemporânea, por meio das tecnologias, poderão se tornar fontes documentais em um futuro não tão longínquo? As cartas foram substituídas pelos celulares e computadores, que alcançam em poucos minutos o amado ou a amada do outro lado da telinha. Aquela ansiedade por receber a contrarresposta depois de semanas, agora é resolvida em menos de um minuto. Tal fonte documental retrata bem como o avanço

social se estabelece sobre o indivíduo: durante muito tempo, o envio de cartas era caro, costumeiramente feito por pessoas de nível econômico mediano e elevado, mas tornou-se uma das principais ferramentas de comunicação antes das ferramentas informatizadas atuais. O monopólio da tecnologia, que também já fora apenas para pessoas economicamente estáveis, é de certo modo um acesso cada vez mais incorporado nas classes baixas.

Mudanças comportamentais além do tempo modernizaram flertes, gírias, elogios, apelidos e até mesmo a forma de demonstrar interesse pela pessoa amada, com curtidas em redes sociais. Novamente, a ansiedade pelas cartas transformou-se em cobranças por atenção *online*, já que dar uma resposta ao outro conta poucos segundos do dia. O ato de escrever uma carta após escolher um papel decorado, marcá-lo com um selo específico, redigi-lo com uma grafia única, e postá-lo pagando algumas moedas, deu lugar ao celular e a um plano de internet. A importância das cartas para a construção histórica da sociedade se dá nisso: em seu trabalho para ser confeccionada, sua viagem até chegar às mãos do destinatário, seus presentinhos escondidos no envelope, suas marcas amareladas com o passar dos anos. Os arquivos públicos são as entidades principais em manter viva essa chama discursiva das fontes de memória, que, ainda não sendo oficiais, permanecem coadjuvantes nas descrições de um Brasil visto pelo amor, amizade, etc. Em complemento à discussão, Caldeira dá exemplos dos acervos dos educadores Maria Stella de Novaes e Renato Pacheco; do ex-Desembargador Vicente Caetano; dos ex-Governadores Max Mauro, Elcio Alvares e Cristiano Dias Lopes Filho; e do artista Milson Henriques, doados e recolhidos pelo APEES.

Assim como falado por Costa acerca da substituição das cartas pelas tecnologias, no campo afetivo, Lira direciona os ouvintes para a instrumentalização da documentação produzida na contemporaneidade, a partir dos anos 1980-1990. Hoje em dia, é facilmente encontrável um perfil completo de cer-

to indivíduo na internet, desde sua vida profissional à sua rotina casual e diversões. O acesso imediato a essas informações é ao mesmo tempo que funcional, altamente manipulável, já que as redes sociais, por exemplo, não exigem caráter oficial em suas diretrizes. Mas o que interessa aqui são fontes documentais que, assim como a vida doméstica de um cidadão, podem ser encontradas digitalmente em sites ou versões pdf, epub, mobi.

O que torna o trabalho arquivístico tão delicado sob essa nova era? A chance daquelas informações contidas nos documentos não serem autênticas - visto que antigamente era mais "fácil" presumir e identificar falsificações no papel, na ortografia das assinaturas, nos selos, etc -, ainda que existam ferramentas (metadados) para identificar cópias e plágios; a preservação, sendo elas um conjunto de medidas que visam a manter o documento tratado, de CD's, DVD's, disquetes, fitas cassetes, microfilmes, pen-drive, cartão de memória, etc que requerem tanta atenção quanto o formato em papel. A produção de documentação pessoal nos meios digitais consegue ser tão delicada a ponto de algumas coisas serem descartadas por pesquisadores, já que alguns acervos não tem o cuidado necessário para com a ordenação de informações, importância de classificação e armazenamento individual. Aos produtores fica a responsabilidade de manter minimamente intacta as fontes históricas, e às instituições de custódia se dá a necessidade de aproximação para com o produtor, na intenção de completar as lacunas deixadas nos arquivos.

Um bate-papo interessante deu-se após as exposições, onde os pesquisadores discorreram abertamente sobre os dois temas, mediados novamente por Caldeira, ligando historicamente fatos e curiosidades sobre o APEES. Os três discorreram sobre alguns fundos encontrados em arquivos públicos, a diferenciação das classificações entre fundos e coleções e sobre o tratamento de doações de acervos.

### Live 3

Em seu último dia de *lives*, em comemoração aos 112 anos do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), os temas discutidos perpassaram *A História por meio da imprensa: contribuições dos periódicos para a História do Espírito Santo* e *A importância dos jornais para a história do pós-abolição no Espírito Santo*, apresentados respectivamente pelas professoras acadêmicas Geisa Lourenço Ribeiro e Rafaela Domingos Lago, em uma mediação feita pela jornalista Jória Scolforo, que apresenta a relação da Imprensa X História. No APEES têm-se 72 títulos de jornais de 13 diferentes municípios desde o ano de 1849. Esses materiais estão microfilmados e digitalizados no site da Biblioteca Nacional. A imprensa aqui não entra apenas como ferramenta usada pela história ao longo dos séculos, mas sim como um agente ativo de influência e decisão.

Para Ribeiro, a imprensa tratada em sua apresentação é a de jornais impressos, que foram substituídos intrinsecamente pelos jornais digitais e outras mídias, dividindo-se inicialmente em dois campos de estudo: a História *da* imprensa, que a enxerga enquanto ferramenta; e a imprensa *através* da História, que a vê como um agente. Usar de jornais como fontes documentais históricas sem haver uma leitura crítica sobre sua *imparcialidade* (visto que ser imparcial, de acordo com Jenkins<sup>1</sup>, é impossível) é cometer deslizos de contextos sociais. A imprensa tem, em sua essência, um caráter político, de denúncia ou não, manipulação ou não. Citando exemplos como dos periódicos *O Cachoeirano (do povo)* e *O Constitucional* (conservador), a pesquisadora relata as diferenças de discursos dos dois folhetins após a abolição da escravatura no Brasil, sendo as duas publicações de Cachoeiro de Itapemirim. O jornal *do povo* era claramente solícito à abolição, completamente oposto ao jornal concorrente, que fora mais comedido em suas manifestações. Porém, é importante lembrar que *O Cachoeirano* tornou-se manifestante ferrenho dos ideais republicanos, assim sendo após a notícia da abolição. Teriam se beneficiado por essas novas decisões, já que apenas um

ano depois a tão sonhada Proclamação da República aconteceu? Teriam acompanhado o concorrente, que no ano de 1888 iniciara duras críticas contra a escravidão, mesmo após anos sem qualquer oposição? É claro o fato de que cada um tinha um objetivo específico visado à frente, de caráter distinto a interesses próprios.

De acordo com Lago, que vem a complementar o debate trazido à tona pautando o pós-abolição, é possível notar que mesmo comemorando a libertação dos escravos, os dois principais jornais do interior capixaba continuaram produzindo notícias favorecendo os senhores de engenho, fazendeiros e aristocratas, e desfavorecendo aqueles pretos pobres que não tinham para onde ir, condicionados muitas vezes a continuarem servindo aos brancos ricos recebendo um salário medíocre amparado pela justiça. Seguiram anunciando vendas e compras de africanos ou não, criminalizando fugas, descrevendo os libertos como vilões, etc. Ainda que *O Cachoeirano* fosse meramente mais liberal que seu concorrente, *O Constitucional*, as entrelinhas apontavam um discurso duvidoso, levando a criticar mais uma vez: era com essas ferramentas que a futura República contava? Bom, foram para os guetos, conhecidamente favelas na contemporaneidade, que os ex-escravos montaram seus lares, ocupando as periferias afastadas dos centros urbanos dominados pela classe que por tantos séculos lhes deram chicotadas.

Um bate-papo interessante deu-se após as exposições, onde as pesquisadoras discorreram abertamente sobre os dois temas, mediados por Scolforo, ligando historicamente fatos e curiosidades sobre as fontes documentais de jornais microfilmados nos acervos do APEES. As três ainda discorrem sobre duas perguntas feitas por ouvintes: *Como as participantes compreendem a pesquisa histórica em fontes registradas em recortes de jornais/clippings?*; e *De que forma os jornais podem ser utilizados na sala de aula?*

### Bibliografia:

<sup>1</sup>JENKINS, Keith. *A história refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo, 2014.